

memória

em destaque

Wenceslau Brás Pereira Gomes

Promotor público em Monte Santo, como presidente da República sancionou o primeiro Código Civil Brasileiro, em janeiro de 1916

Wenceslau Brás Pereira Gomes nasceu em São Caetano da Vargem Grande, atual Brazópolis, Sul de Minas, em 1868. Filho de Francisco Brás Pereira Gomes, político e coronel da Guarda Nacional, e de Isabel Pereira dos Santos, Wenceslau casou-se com Maria Carneiro Pereira Gomes, com quem teve sete filhos. Iniciou os estudos em sua cidade natal, depois frequentou o seminário Episcopal e o colégio Moretzsohn, ambos na cidade de São Paulo. Em 1886, ingressou na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, tendo como colegas Delfim Moreira da Costa Ribeiro e Washington Luis Pereira de Sousa, que se tornariam, mais tarde, assim como ele, presidentes do Brasil.

Em dezembro de 1890, depois de diplomar-se em Direito e de retornar para a então São Caetano da Vargem Grande, Wenceslau Brás foi nomeado promotor público de Monte Santo, hoje Monte Santo de Minas, cidade localizada também no sul do estado. Ocupou o cargo por alguns meses, já que o salário era insuficiente até para seus modestos hábitos, sendo obrigado a pedir dinheiro emprestado ao pai para arcar com suas despesas. Em setembro de 1891, deixou o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Segundo especialistas, Wenceslau ocupou o cargo com zelo, equilíbrio, firmeza e dedicação. Após sua saída, passou a advogar.

De 1892 a 1894, também em Monte Santo, iniciou sua carreira política como vereador, presidente da Câmara e agente executivo municipal. Depois foi eleito deputado estadual em duas legislaturas, de 1892 a 1898. Aliado de Silviano Brandão, líder regional e organizador do Partido Republicano, em 1898, foi nomeado para a Secretaria do Interior, cargo que ocupou até 1902. Nessa época, a pasta era a mais importante do governo de Minas Gerais, com atribuições em justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, imigração, eleições e leis, além de cuidar das relações de Minas Gerais com outros estados e com a União.

Em 1903, foi eleito deputado federal, líder da bancada mineira e da maioria na Câmara federal durante o governo Rodrigues Alves (1902-1906). Destaque nas atividades políticas nacionais, foi eleito presidente de Minas Gerais, para, de abril de 1909 a setembro de 1910, completar o mandato de João Pinheiro da Silva, morto em 1908. Seu governo procurou dar continuidade ao programa administrativo de seu antecessor, que iniciara ampla modernização do estado através de várias reformas, principalmente nas áreas do ensino e da agricultura.

Ainda no governo mineiro, concorreu à vice-presidência da República ao lado de Marechal Hermes da Fonseca, em 1910. Eleito, ocupou o posto no quadriênio 1910-1914, durante o qual exerceu por algumas vezes a presidência do Senado,



conforme prerrogativa conferida pela Constituição. Em 1914, eleito presidente, assumiu a direção do país em 15 de novembro de 1914, pouco depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Um dos grandes momentos de seu mandato foi o da sanção do primeiro Código Civil Brasileiro, em janeiro de 1916, resultado do trabalho conjunto dos mais eminentes juristas brasileiros. Outro grande momento foi o da decisão histórica de declarar guerra à Alemanha, em outubro de 1917, mediante autorização do Congresso, após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães.

Ainda sancionou a Lei n.º 3.208, de 1916, que renovou o processo eleitoral no país, deslocando sua condução da esfera política para a judiciária. A partir dessa lei, o alistamento eleitoral e as mesas receptoras seriam conduzidos por juízes de Direito.

Wenceslau Brás morreu em sua residência – a histórica Casa Rosada de Itajubá – aos 98 anos, no dia 15 de maio de 1966. No sétimo dia de seu falecimento, o senador Milton Campos, em sessão especial do Senado federal, proferiu as seguintes palavras, em homenagem ao ilustre falecido: “Homem de cultura, de honestidade rara, modesto e de trato simples, seguiu a linha dos melhores estadistas que o Brasil já possuiu ao longo de sua história política.”